

A MOEDA SOCIAL E A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: INSTRUMENTOS PARA UM NOVO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO?

Claudia Lucia Bisaggio Soares*

Resumo

O objetivo do trabalho é mostrar como a necessidade de elaborar modelos de desenvolvimento autônomos, que respondam às perspectivas distintas das idealizadas nos modelos tradicionais vem estimulando no Brasil experiências econômico-sociais inovadoras, estruturadas em torno do eixo da chamada “economia solidária”, envolvendo a criação de novas experiências monetárias e o compartilhamento de valores sociais diferentes dos tradicionais individualismo e estímulo à concorrência - como forma de reorientar os objetivos do “novo” desenvolvimento pretendido.

Palavras-chave: moeda social, economia solidária, desenvolvimento.

Resumen

El objetivo del trabajo es mostrar como la necesidad de elaborar modelos de desarrollo autónomos, que respondan a las perspectivas distintas de las idealizadas en los modelos tradicionales viene estimulando en Brasil experiencias económico-sociales innovadoras, estructuradas alrededor del eje de la llamada “economía solidaria”, involucrando la creación de nuevas experiencias monetarias y el compartimiento de valores sociales diferentes de los tradicionales individualismo y estímulo a la competencia - como forma de reorientar los objetivos del “nuevo” desarrollo pretendido.

Palabras-clave: moneda social, economía solidaria, desarrollo.

* Doutora em Ciências Humanas – UFSC. Professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. *E-mail:* claudia.soares@unila.edu.br

1. A moeda social

Moeda social é uma forma de moeda paralela instituída e administrada por seus próprios usuários, logo, sua emissão é originada na esfera privada da economia. Entre ela e a moeda nacional não há qualquer vínculo obrigatório, e sua circulação baseia-se na confiança mútua dos usuários, participantes de um grupo circunscrito por adesão voluntária (SOARES, 2009).

É importante notar que os idealizadores dessa experiência e a maioria de seus participantes assumem-na como um exercício de vontade, reflexo de uma busca pela recolocação da economia a serviço das finalidades sociais e pela reintegração de seus valores à esfera sociocultural. Nesses termos, a moeda social deve ser percebida como uma instituição de caráter assumidamente normativo, à qual se associa quem compartilha os mesmos valores. Em cada experiência, a combinação de elementos do conjunto total de valores a ser perseguido pode mudar, porém, via de regra, dois significados são atribuídos recorrentemente à moeda social: 1) “meio de troca” alternativo ou complementar (BLANC, 1998), capaz de gerar melhores condições de vida aos aderentes; e/ou 2) prática de reinvenção da economia, almejando reconstruí-la em moldes responsáveis e participados, de forma integrada com as outras esferas da vida. Em qualquer caso, essa moeda merece ser interpretada como uma relação monetária que procura desmascarar e colocar em evidência as relações de poder que comumente subjazem às atitudes mercantis e ainda, mais especificamente, ao instrumento monetário tradicional.

Discutir o caráter social da moeda

não é, como se costuma supor, apenas uma questão de se criar um sistema que propicie a inclusão social por meio de uma “produção maior e mais descentralizada” de massa monetária, nem mesmo da gestão coletiva e transparente desse novo dinheiro dos “despossuídos”, até porque empresas de todo porte utilizam moedas sociais. A idéia abriga também um aspecto mais radical: procura-se resgatar o dinheiro, a instituição monetária, enquanto instituição social completa, cuja forma e procedimentos transpõem determinada face para a arena de disputa de poder (que pode beneficiar mais uns que outros), estimulam certos valores sociais e reprimem outros (respectivamente, a responsabilidade e o individualismo, por exemplo). Além disso, tais formas e procedimentos imprimem ou destroem hábitos, interagindo simultaneamente em todas as esferas da vida, imbricada no *modus operandi* do sistema social. Com efeito, tecnicamente, a moeda social não tem (nem faz sentido ter) lastro em moeda nacional, mas pode vir a ter relação de valor, paridade, com ela.

As regras de cada experiência são expressas, compartilhadas e passíveis de discussão, embora alguns princípios sejam considerados imutáveis: a) a democracia participativa, que implica gestão da moeda pelo usuário, transparência administrativa e responsabilidades partilhadas; b) a continuidade das operações de intercâmbio, que possibilita a aceitação da moeda, assegurando haver uma próxima oportunidade para se equacionarem as demandas e ofertas pendentes (portanto, retidas na forma de “dinheiro”); c) a confiança no grupo enquanto tal, que respalda o “valor” da moeda (que é exatamente o de servir de meio de troca entre o grupo); d) o caráter de serviço “público” da moeda, que favorece a circulação e a produção de mercadorias, não a especulação ou qualquer outro tipo de

lucro estéril – não há cobrança de juros ou concessão de prêmio pela retenção de moeda, mas, em alguns casos, punição (juros invertidos) por entesouramento; e) a atividade econômica enquanto provedora de bem-estar, que pressupõe não existir a intenção de “lucrar”, no sentido de tirar-se proveito de um trabalho não-remunerado do outro ou de qualquer tipo de especulação.

Assim como qualquer outro “equivalente universal de troca”, a moeda social deve cumprir (e tem condições para tanto) as funções de: a) medida de valor/unidade de conta – facilita o acordo sobre os valores relativos das diversas mercadorias; b) meio de pagamento – permite que os intercâmbios ocorram diferidos no tempo, espaço e entre agentes distintos; c) reserva de valor – permite, se a moeda social estiver sendo bem administrada, que seu valor varie muito pouco, ou moderadamente, de tal forma que ela poderá ser utilizada para fins de poupança. Poupar ou não, reter ou não moeda constitui uma decisão grupal e individual, pois a possibilidade de servir como reserva de valor é parte integrante da tecnologia social “moeda”, função consequente de uma boa administração do meio circulante e da cultura do grupo. Apenas uma decisão consensual entre os usuários pode alterar esse quadro. A utilização do expediente de cobrança de juros invertidos serve para se explicitar essa “vontade coletiva” e incentivá-la, mas tal recurso só será de veras eficiente se houver acordo entre os participantes acerca da questão.

A aceitação da moeda social limita-se à confiança existente entre seus usuários. Por um lado, quando os grupos são pequenos e homogêneos, é mais fácil equacionarem-se as questões administrativas, embora, por vezes, falte variedade nos itens negociados. Por outro lado, quando as experiências ganham escala, superam-se mais facilmente as necessidades materiais dos participantes. Em que pese a

essas considerações, grupos maiores tendem a recorrer a outros expedientes para além da confiança mútua originária, a fim de manterem a aceitação e o valor estável de sua moeda social. Normalmente, esse reforço é alcançado mediante acordos/regulamentos passíveis de cobrança judicial.

A experiência contemporânea com moeda social tem se dado mais comumente nos chamados clubes de troca (nomeadamente na América Latina), que funcionam por meio da emissão física do bônus. Alguns chegam a extrapolar a escala de “clube”, envolvendo toda uma região, como as “Horas”, de Ithaca-EUA. Outra modalidade envolvendo a moeda social são as redes de compensação mútua, ocorrendo quando um grupo de pessoas ou empresas reúne-se a fim de realizar intercâmbio de bens e serviços mediante uma unidade de conta instituída pelo grupo. Para tanto, utiliza-se uma contabilidade própria, que transforma as transações realizadas em débitos e créditos para os agentes respectivos, criando, automaticamente, o “meio circulante” do grupo (comuns na Europa e na América do Norte). O sistema LETS ou SELs, como é conhecido na França, é um exemplo dessa forma de atuação, assim como o sistema WIR, que nasceu em Zurique, na Suíça, em 1934, ainda em funcionamento, basicamente entre empresas de porte médio. Os bancos de tempo, criados na Itália, no início da década de 1990, e concentrados em maior número na Europa, nomeadamente na Itália, Espanha e Portugal, também podem aí ser incluídos. Faz-se evidente que todas essas experiências respeitam a mecânica básica de uma moeda social: trabalham com um equivalente geral de circulação restrito, sem qualquer outro lastro que não a confiança e continuidade esperada no trabalho e nas mercadorias transacionadas, havendo gestão participativa na escala do grupo.

2. Experiências brasileiras de moeda social

A experiência contemporânea com moeda social no Brasil está concentrada nas experiências dos clubes de troca, embora existam também casos independentes desse tipo de organização¹⁷. De fato, partindo-se de uma análise mais rigorosa, poucos grupos de troca se autoneameiam clube de troca, embora funcionem dessa forma. Não existe apenas um modelo de clube e, de fato, principalmente no Brasil de hoje, as formas são múltiplas, como múltiplos são os interesses que levaram as pessoas formarem grupos e juntarem suas histórias de vida. Entretanto a existência de uma carta de princípios que inclua os objetivos e algumas regras básicas é, quase sempre, encontrada e recomendada nos diversos manuais de formação que circulam pelo país¹⁸. Uma grande parte das experiências com maior expressão nacional estão conectadas com movimentos da chamada economia solidária, também chamada de economia popular ou socioeconomia solidária¹⁹.

Para além dos clubes de trocas, as experiências ligadas às empresas e ao exercício da chamada “responsabilidade social” também se fazem presentes no Brasil. Normalmente nesses casos procura-se trazer voluntários para participar dos projetos sociais promovidos pelas empresas, estimular à participação das pessoas que se

pretende auxiliar ou mesmo equacionar de maneira mais próxima a fórmula do mercado convencional os fluxos de doação e necessidades através da utilização de algum “bônus” que sirva de intermediário entre as ações.

Por outro lado, também partindo das iniciativas empresariais, têm-se os acordos entre empresas. O potencial das trocas para reduzir custos nos negócios é historicamente reconhecido pelo meio empresarial. Como resultado de todo esse dinamismo, além da complexidade das operações de intercâmbio comercial, originaram-se basicamente duas formas de operar a questão: o surgimento de “clubes de troca” entre empresas e de empresas especializadas na intermediação das trocas, as chamadas empresas de *bartering*, que fogem ao escopo da moeda social, mas não deixam de gerar moedas paralelas de diferentes modalidades.

Segundo o levantamento realizado em 2005 (SOARES, 2006), existiam 68 clubes de troca em todo o Brasil trabalhando com moedas sociais, sendo a região Sul a que apresentava o maior número de experiências, 45; seguida da região Sudeste com 19 grupos e o restante do país (regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste) contribuindo com mais 4 clubes.

¹⁷ Para um maior detalhamento da experiência brasileira com as moedas sociais consultar Soares, 2006.

¹⁸ Ver: *Como Organizar uma Rede de Trocas* – Programa de Alfabetização Econômica (<<http://www.reclases.org.ar>>); *Como criar uma Rede de Trocas em sua Comunidade* – Dídac Sanchez-Costa (<<http://www.voluntariosambientais.org.br>>); *Clube de Trocas* – Associação para o Desenvolvimento da Intercomunicação (clubedetrocas@ig.com.br) e *Moeda Social e Trocas Solidárias: experiências e desafios para ações transformadoras* – PACS (<<http://www.pacs.org.br>>).

¹⁹ Para maiores esclarecimentos consultar Lisboa, 2000b, 2004; Singer, 2002 e Singer e Souza, 2000.

Figura 1 - Localização dos Clubes de Troca nacionais



Elaboração nossa.

3. Da moeda nacional a moeda social, um caminho para a autonomia?

Quando utilizando a moeda social os agentes envolvidos possuem uma enorme autonomia sobre a emissão daquilo que funcionará como equivalente universal de troca, além de praticarem a descentralização da emissão, através da promoção de vários pólos emissores em simultâneo. Ou seja, ao negarem a reificação do dinheiro assumem a responsabilidade de reenquadrar a economia no social, trazendo à tona também toda a responsabilização que se segue ao assumir esse poder até então implícito. É nesse sentido então, que o grupo é autônomo (apesar de existir em uma sociedade

marcada por opressão e desigualdade estruturais como contexto), na medida em que “dá a si próprio a lei”, ou a regra.

Entretanto, em que medida essa característica, em contraposição à heteronomia (ou seja, a “lei”, a norma, a regra que é ditada de fora para dentro ou imposta de cima para baixo) da emissão da moeda oficial no contexto da “economia geral” moderna e capitalista, oferece um caldo de cultura para o florescimento de uma experiência - no sentido thompsoniano, (THOMPSON, 1981 e 1987) - alternativa e “insurgente”, inconformista, de forma a fazer florescer padrões de sociabilidade diferentes dos tradicionalmente engendrados pelo dinheiro moderno, mais cooperativos e solidários, permitindo processos político-

pedagógicos emancipatórios - vai depender, também, do grau de consciência (e assunção de responsabilidade) que os participantes têm (e se dão) dessas possibilidades.

A utilização da moeda social parece sugerir um enorme laboratório social, onde como derivado dos ensaios, resultam além de algumas novas tecnologias sociais, também experimentações de alternativas. São vivências, aprendizados e desfrute de exemplos de outras formas de levar à vida, de outras maneiras de organizar a divisão social de poder, de organizar o trabalho e implementar as responsabilidades, que podem resultar em uma maior aproximação com a vivência da autonomia pessoal e coletiva (em seu contexto interpretativo castoriadiano (CASTORIADIS, 1982 e 2002). Parece ser difícil passar por um processo desse e não sair, no mínimo, vendo a moeda nacional desmistificada e as relações econômicas tradicionais como um exercício de poder. Ao que indicam as narrativas dos participantes coletadas em encontros, vídeos e feiras, ninguém sai da mesma forma que entrou.

4. Moeda social e desenvolvimento

Desenvolvimento exige transformação, mudança com um sinal positivo em direção a um objetivo, daí ser sempre necessário qualificar e explicitar esse propósito a ser atingido. Segundo Castoriadis,

“(...) um organismo se desenvolve quando progride até a sua maturidade biológica. (...) desenvolvimento é o processo de realização do virtual, da passagem da *dynamis* a *energeia*, da *potentia* ao *actus*. Isto implica, evidentemente, que existe uma *energeia* e um *actus* que podem ser determinados, definidos, fixados, que existe uma norma pertinente a essência do que se desenvolve; (...) neste sentido o desenvolvimento implica

na definição de uma maturidade, e logo de uma norma natural.” (CASTORIADIS, 1980, p.191).

Ou seja, mesmo na referência contextual original do termo, associado aos processos biológicos, é preciso ter-se em mente um modelo para se poder falar, com propriedade, em desenvolvimento. É evidente que no campo social, na falta de uma descrição alternativa, assume-se a “marcha para a economia de mercado” como norma²⁰. Essa ressalva é importante, sob uma perspectiva pragmática, porque alguns experimentos com moeda social ao se esquecerem de explicitar o modelo que desejam, deparam-se com a entrada e permanência de membros que vêm guiados pelo consenso fácil, porém enganoso, que a noção de “busca de desenvolvimento” acena, trazendo transtornos e disputas nem sempre construtivos.

Por outro lado, é inegável que boa parte dessas experiências monetárias alternativas surgiram da busca de processos que dinamizassem o processo de desenvolvimento tanto quantitativamente como qualitativamente, visando mecanismos para a promoção de um desenvolvimento real (e, portanto, sustentável social e materialmente), e solidário (socialmente justo e economicamente equilibrado).

Entretanto, várias se apoiaram em diagnósticos que apontam como uma das causas relevantes do enfraquecimento do desenvolvimento econômico e da crescente exclusão social, a escassez monetária no circuito da economia real, decorrente da sua drenagem para o circuito financeiro inviabilizando assim uma maior intensidade de trocas, especialização da produção e, por conseguinte, uma maior dinamização e crescimento econômico.

²⁰ Um tratamento mais profundo do tema que, entretanto, foge ao escopo do presente trabalho, foi realizado anteriormente em Soares, 1998.

Quando se tem uma economia plenamente monetizada, como é o sistema econômico contemporâneo, e em simultâneo a noção de que a base do valor da moeda é a escassez, coloca-se o sistema em um círculo vicioso, em um jogo de soma zero. Para que alguns participantes ganhem (valorizem seu capital) se torna necessário que os outros percam (não consigam valorizar seu trabalho/capital). Porém, no contexto específico da atuação da moeda social, o que se pode esperar? Na medida em que a moeda social se apresenta como uma discussão sobre o caráter da moeda nacional, esse questionamento deve também atingir a ação linear de estímulo ao desenvolvimento a partir de uma simples injeção de mais moeda no circuito real. Tecnicamente falando a relação moeda crescimento vai além da proporcionalidade quantitativa.

O tipo de moeda que se usa também influencia a relação. Como já visto, se é uma moeda que tem sua emissão baseada no crédito e no pagamento de juros, o tipo de estímulo terá características diferentes das almejadas pelos usuários da moeda social. Entretanto, se o instrumento monetário é criado e gerido como um instrumento de uma proposta explícita de padrão de desenvolvimento (e não seu fim), que características deve²¹ incorporar?

Essa é justamente uma das grandes potencialidades da moeda social, recolocar para os usuários a escolha sobre o modelo de desenvolvimento, sobre o que é considerado como qualidade de vida e que, portanto, deve ser buscado; e também os instrumentos que serão utilizados. Nesse sentido os processos de emissão e gerenciamento das experiências de moeda social de que se tem notícia não são todos iguais. Retratam o grau de audácia que o grupo se permite, o diagnóstico que fazem da causa das desigualdades de desempenho e oportunidades e o que se pode fazer para

superar essas dificuldades.

Retomando, se moedas diferentes estimulam desenvolvimentos diferentes entre as relações econômicas e o resto do sistema social, trabalhar com uma moeda que não permite a usura (recolocando a função de meio de troca como a função básica para o dinheiro, em detrimento da de reserva de valor - que fica subordinada a primeira), é assumir o intuito de submeter-se o sistema econômico novamente a lógica da produção (necessidades humanas), em detrimento da reprodução do capital financeiro/imaterial e, admitir essa postura já muda qualitativamente o crescimento esperado, pois traz de volta o investimento para o lado real do sistema econômico, mas não é suficiente para enquadrar o tipo de desenvolvimento esperado. Se o ponto de partida das experiências é, em geral, a percepção que está faltando óleo no circuito, e que esse óleo pode ser provido local/socialmente, a análise a partir daí acaba colocando na mesa todo o modelo subjacente à moeda nacional. É bom lembrar que esse estímulo à reflexão que a crise de escassez de circulante gerou tem resultado em soluções bem mais ambiciosas que apenas resgatar a moeda para a produção, ou simplesmente aumentar sua quantidade em circulação via criação de moedas locais ou sociais (com seu caráter de permitir, naturalmente, maior inclusão social).

Pensar a relação moeda social/desenvolvimento exige revelar e reverter o circuito perverso da economia moderna que exacerbou a função de reserva de valor do dinheiro, uma vez que ela permite a acumulação capitalista financeira (uma acumulação de capital para produzir mais capital, centrada no capital financeiro, não na produção). Nessa perspectiva, um aumento da produção, associado a uma melhor qualidade de vida e ao desenvolvimento tecnológico, surge como um subproduto do objetivo final, que é o acúmulo de capital financeiro em si. Logo,

²¹ Diz-se deve, para ressaltar, mais uma vez, que é mesmo uma questão de escolha de modelo a seguir.

esse aumento de produtividade não é necessariamente através de um caminho social e ecologicamente coerente, responsável, uma vez que é, claramente, apenas um meio para outro fim.

Quando, através de mudanças institucionais sucessivas, o dinheiro surgiu como um instrumento da economia humana (no sentido aristoteliano²²) liberto do mundo da produção, e num sentido mais amplo, das necessidades/ soluções sociais “gerais”, ele completou uma transformação que o colocou como possibilidade de fim em si, extrapolando sua funcionalidade/ finalidade original. É como o vislumbramos hoje. A função básica de meio de pagamento é quase já um assessorio, uma permanência primitiva na forma contemporânea de capital financeiro/imaterial que o dinheiro assumiu.

Contudo, mesmo antes dessa metamorfose a moeda nacional já possibilita o acúmulo de “poder de compra” sobre qualquer bem em qualquer momento (ao contrário da poupança em espécie) e não se desvaloriza com o tempo, facilitando virtual e socialmente, o investimento. A moeda social propõe alterar essa relação e ao mesmo tempo não perder a capacidade de acumular para investir, de ganhar escala para transformar; o lado positivo e hoje pouco operante do sistema tradicional, o que não é assim tão difícil de concretizar como parece para as nossas mentes excessivamente apegadas ao evolucionismo de visão curta. Diversas sociedades antigas desenvolveram relações econômicas e monetárias distintas das atuais e conseguiram níveis de

²² Segundo Aristóteles (1966) temos duas formas de compreender a economia: a *oikonomia*, que diz respeito ao governo a casa, a gestão e disponibilização de todos aqueles bens e serviços que são necessários para a vida de qualquer grupo (relacionada com os valores de uso) e a *crematística*, a arte de adquirir riqueza (associada aos valores de troca). Sendo, para ele, relevante à distinção entre essas duas finalidades da ação econômica, pois ele defende que a filosofia econômica correta está associada à ação de gerir o bem-estar pessoal, familiar e político, não aceitando a emancipação da busca de riqueza como um fim auto-justificado.

prosperidade material e complexidade social hoje esquecido.

Torna-se assim evidente que os usuários da moeda social, ao realizarem a reapropriação da moeda enquanto instrumento de desenvolvimento necessariamente, obrigam-se a repensar essa conexão e todos seus desdobramentos, em um meio onde o imaginário social dominante é, no mais das vezes, pouco propenso a isso. Novas formas de crédito e poupança vocacionados para a produção e capacitação de prestação de serviços precisam ser desenvolvidas. De fato, a própria compreensão da função do crédito, nesse novo arranjo social, precisa ser esclarecida. O acesso ao crédito pode deixar de ser penalizado com juros e a poupança deixar de ser premiada, caso o dinheiro/moeda social seja operacionalizado como um bem público, sujeito à empréstimos sob critérios sociais e econômicos, indiferente ao critério de rentabilidade do capital, que em si fica destituído de função. Ou seja, a recompensa por um investimento bem sucedido pode até permanecer na lógica do rendimento, do lucro, mas não extrapolar para a possibilidade de se transformar esse lucro em elemento financeiro, capaz de produzir mais capital.

A moeda social deve ser entendida como a base de todo um sistema econômico/financeiro/social alternativo que existe potencialmente, mas que ainda precisa ser desenvolvido.

O quadro 1 procura resumir as principais características da moeda social e da moeda nacional, associando de forma bastante concisa seus respectivos padrões de desenvolvimento.

Em essência a dinâmica da moeda social, além de descentralizada e autônoma, propõe não permitir a usura, e com isso impossibilitar que o dinheiro se transforme em capital financeiro. Entretanto, as

experiências têm sido pouco audazes no que tange a experimentos monetários além da criação e gestão muito cautelosa do circulante. Talvez porque a própria emissão e distribuição da moeda social seja considerada em si mesma como um sistema de crédito social, um adiantamento e poder de compra para quem, em condições de mercado não teria acesso, de maneira que muitos grupos não aprofundam as potencialidades da experiência. De qualquer forma, no caso do sistema LETS e similares é ligeiramente diferente, pois a emissão é simultânea com a comercialização, não chegando a caracterizar a emissão de nenhum crédito, mas como nos casos anteriores, alguns acreditam que a abertura de mercado e a possibilidade de rentabilizar atividades até então desvalorizadas são, por si mesmas, o escopo atingível com a utilização da moeda social. Ainda assim, alguns grupos realizam empréstimos em moeda social, evidentemente sem cobrança de juros.

Como já extensamente comentado, sua utilização também ajuda a desvelar os equívocos que estão por detrás da aceitação teoria do valor, ao promover a desreificação da moeda, desnudando a relação de poder e coerção violenta na qual se assenta a perspectiva de neutralidade da moeda. E mais, a grande maioria de seus usuários ainda quer recentralizar o crescimento econômico no e para o homem, sendo esse co-dependente do ambiente em que está inserido; e não se permite assumir uma dinâmica monetária que favoreça a espoliação do homem pelo homem nem tão pouco do homem com o ambiente, não admitindo o encargo do juro, muito menos do juro sobre juro. Entretanto para se atingir esses objetivos não basta aumentar a quantidade de moeda circulando (mesmo sem o peso dos juros), é preciso aumentar também a qualidade social dessa moeda e da gestão de sua emissão e distribuição. Ela precisa incorporar na sua dinâmica os parâmetros socialmente considerados

fundamentais: a prática da solidariedade, a busca da autonomia e o compromisso com a responsabilidade perante a sociedade e o meio ambiente e, se primeiros e importantes passos foram dados e boa parte do caminho aberto, muito ainda está para ser percorrido e construído.

Quadro 1 – Quadro resumo: moeda social, moeda nacional e padrão de desenvolvimento.

	MOEDA SOCIAL	MOEDA NACIONAL/CONTEMPORÂNEA
Emissão	Descentralizada Coordenada pelos usuários	Centralizada Coordenada pelos emitentes (Estado e bancos privados)
Funções⁽¹⁾	Meio de pagamento Meio de troca Reserva de valor	Reserva de valor Meio de pagamento Meio de troca
Usos Econômicos	Facilitar intercâmbios Instrumento do desenvolvimento Instrumento de cooperação	Reter valor Instrumento para acumulação de capital Instrumento de concorrência
Usos Sociais	Recentralizar a economia no homem. Estar acessível a todos que precisem. Ser instrumento de maior liberdade e exercício de autonomia.	Centralizar e potencializar poder. Ser instrumento da hegemonia dos fins econômicos. Ser instrumento de exclusão social.
Gestão	Participativa Autônoma Democracia participativa	Delegada Heterônoma Democracia representativa
Base para Aceitação	Confiança mútua Continuidade Utilidade/necessidade	Confiança intermediada pelo Estado Continuidade Valorização via escassez administrada
Padrão de Desenvolvimento	Integral, em construção contínua. Precisa ser socialmente discutido porque não tem mecanismos autoperpétuos. Chega a ser cansativo em sua necessidade de participação integral dos membros.	Economicista e teleológico, em direção ao crescimento das quantidades exploradas/incorporadas, porque a dinâmica dos juros compostos exige a concorrência via quantidades.

Notas: (1) Aparecem em ordem de relevância.
Elaboração nossa.

5. A moeda social e a economia solidária

Conforme vem sendo exposto ao longo desse trabalho, as experiências de moeda social em geral respondem a um sistema de valores diferentes dos praticados no sistema de mercado convencional, em que as empresas passaram a ser gerenciadas segundo objetivos financeiros de curto prazo:

“No início do século XXI, a proporção de ativos financeiros (gerando ganhos de capital em diferentes ativos, moedas e mercados) das corporações [norte-americanas] ultrapassou os ativos reais. (...) Vale dizer que a empresa passou a ser gerenciada segundo critérios predominantemente financeiros para alcançar objetivos de rentabilidade financeira de curto prazo dos organismos de gestão coletiva da poupança, como também para operacionalizar estratégias de gestão da riqueza líquida concebida por seu corpo diretivo.” (BRAGA; CINTRA, 2004, p. 275 e 276).

E, no novo perfil adquirido pela economia de mercado o sistema norte-americano se tornou o grande impulsionador da acumulação mundial de capital, tanto real quanto da imaterial, entretanto com enorme destaque para o dinamismo do setor financeiro. As conseqüências desse tipo de dinâmica de acumulação, além de sua concentração nos Estados Unidos e em alguns poucos outros países, têm sido o aumento da competitividade em todos os níveis do sistema. E, enquanto as grandes corporações têm apresentado recordes em seus lucros, a remuneração do trabalho vem perdendo cada vez mais na distribuição dos rendimentos. Assiste-se, de fato, a um movimento de concentração de rendimentos e patrimônio entre as nações e também no interior dessas. Nos últimos anos as taxas de crescimento têm sido pífias nos países da América Latina, embora a concentração de renda – historicamente significativa – venha

se exacerbando.

Delineia-se então um cenário de questionamento acerca da inexorabilidade dessa situação com enormes custos sociais, acrescentando-se a isso a suspeita caso o crescimento real por qualquer razão fosse retomado sobre a viabilidade social e ambiental da reprodução desse padrão de crescimento/consumo norte-americano e europeu para o resto do mundo. Será a competição – espúria, diga-se de passagem o valor mais eficiente para promover o desenvolvimento?

Em vista desse questionamento, os últimos anos assistiram antigos paradigmas opostos à sociedade de mercado serem reapropriados e atualizados, entre outras, sob a noção recentemente cunhada de economia solidária (LISBOA, 2000b e 2004, SINGER, 2002), que muito embora se sustente na tradição socialista, vai além dela:

“O programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante.” (SINGER, 2002, p. 112)

A economia solidária propõe um sistema econômico (sujeito a uma racionalidade sócio-ética) que responda a necessidade de produção e consumo através de redes de cooperação que surgem, basicamente, tanto das experiências fruto do empreendedorismo quanto do cooperativismo; da tensão entre a exclusão e a reinvenção do mercado. Essa tensão ressurgem não só na construção cotidiana das experiências de economia solidária, como também nas perspectivas de sua evolução.

Em termos ideais, ao se propor como um modelo alternativo para a formação de um “estilo” de vida ela se coloca em um conjunto de encruzilhadas. Numa primeira bifurcação ela pode se construir apenas complementarmente ao sistema dominante,

como uma forma de inclusão dos excluídos, na medida em que lhes oferece um modelo de integração pela cooperação ou como uma alternativa plena de “forma de vida”, de padrão de desenvolvimento. Aceitando o desafio maior e se constituindo como modelo alternativo, e por conseguinte, em ruptura com o hegemônico, pode ainda trilhar o caminho da confrontação por ao menos duas vias distintas: pela competição com o modelo vigente em termos de qualidade (tradicional) de produtos, serviços e preço oferecidos, aliando-se a essa performance econômica os benefícios de uma vida melhor; ou pela construção de um circuito insulado (ou apenas relativamente isolado), sob parâmetros próprios de qualidade. Ao primeiro modelo pertence hoje o maior número de experiências, pois é plenamente estimulado em momentos econômicos como o presente. Quando do seu papel de construção alternativa, a primeira é, de fato, unicamente possível caso as pessoas, em geral, demonstrem interesse em alterar seus padrões de consumo e seus valores sociais de uma maneira mais ampla e de se ajustar o sistema de mercado através de padrões de sustentabilidade social e ambiental. Já a formulação isolacionista depende de toda uma dinâmica interna a grupos altamente motivados por um conjunto comum de valores e capazes de se articular em redes de produção e consumo totalmente independentes do mercado tradicional. Nesse caso novos arranjos para a determinação de preços e produções precisam ser elaborados, ensaiados, pois como ressalta Lisboa (2004, p. 267), “a possibilidade de um mercado regulado pela auto-organização social no qual predominem redes de cooperativas e de consumidores conscientes” está ainda por se experimentar.

De toda forma, a maioria das experiências de moeda social tem se colocado como companheiras em todas as variações nas quais a economia solidária vem se apresentando, principalmente no caso das experiências da América Latina e

extraordinariamente ainda no caso das experiências brasileiras.

No Brasil, em que pese sua independência, boa parcela dos grupos que trabalham com moeda social é oriunda de práticas de economia solidária ou mantém contato estrito com organizações dela, como indica o fato do I Encontro Nacional de Grupos de Trocas Solidárias ter sido organizado sob os auspícios da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES.

6. Limites e potencialidades da moeda social como instrumento de desenvolvimento

Apesar de originar-se de uma cooperação voluntária, a moeda social sofre da fragilidade inerente às instituições que rompem uma antiga tradição ou rotina (como a relação heterônoma e reificada que o dinheiro nacional engendra), pois instituições já incorporadas ao imaginário são capazes de apresentar forte resistência a novos modelos. Ao se propor como uma escola de autonomia (CASTORIADIS, 1982, 2002), a moeda social eleva a demanda por maturidade e por atitude ética dos participantes a um grau capaz de dispensar a interferência do Estado ou de qualquer outra instituição externa com vistas a promover o cumprimento das regras e contratos estabelecidos. Isso ocorre numa situação em que o rompimento dessas regras e contratos (como a promoção de fraudes e falsificações, ou mesmo da especulação) pode gerar benefícios pessoais não-desprezíveis (em detrimento dos coletivos, evidentemente).

Resumidamente, partindo de um olhar institucionalista, os limites de sobrevivência e longevidade de uma instituição de qualquer natureza vinculam-se a quatro critérios: autopunição, hábito,

comodidade (NORTH, 2001) e conectividade (SOARES, 2006). Concernente à moeda, quando as regras formais e os códigos informais que pautam as relações da instituição são quebrados, o castigo para tanto não se origina no interior da instituição, no âmbito de seu próprio funcionamento; ao contrário, os desvios tendem a ser internamente recompensados. A falsificação de moeda, por exemplo, resulta em mais poder de compra para o falsificador, logo, a não ser que outras instituições sejam mobilizadas para puni-lo, ele será beneficiado ao não cumprir as regras. Nessas circunstâncias, a instituição não é autopunitiva. Quando a situação envolve a moeda nacional, o déficit é suprimido mediante recurso ao Estado. No caso da moeda social, tal suporte não existe, pois ela se define justamente pela negação da existência desse apoio extra-institucional, o que a faz permanecer não-autopunitiva, à semelhança das moedas antigas. Estas, por sua vez, eram suportadas por outras instituições, oriundas de esferas sociais que não a econômica, como a religiosa e cultural. Deduz-se que a moeda social (como, de resto, qualquer moeda) encontra um primeiro limite na necessidade de estar acoplada a outras instituições que lhe confirmam capacidade de punição (o que vai de encontro a seus valores instituintes) ou então de estar associada a grupos de usuários homogêneos, entre os quais a ideologia partilhada funcione como instrumento de desestímulo à fraude.

Em relação ao *hábito*, é de se recordar que a metamorfose sofrida pelo dinheiro quando de sua interpretação moderna – como equivalente geral – foi associada à efetivação da sociedade de mercado. Essa associação implica que, se formas diferenciadas do dinheiro ocorriam no passado, na moderna sociedade de mercado o padrão caracteriza-se pela unificação, logo, nesta realidade social,

qualquer outra forma de dinheiro será inusitada. Ela irá de encontro de costumes fortemente arraigados, porém, também é evidente que, quanto mais híbrida for a economia em questão, contemplando a presença de outros arranjos econômicos, como a reciprocidade e mesmo a redistribuição (POLANYI, 1980; 1994), maior será a brecha existente no imaginário social (CASTORIADIS, 1982) para que experiências no campo monetário possam ser dinamizadas.

Já o critério de *comodidade* indica-nos haver outras situações que balizam as possibilidades de utilização da moeda social, como a punição legal ou o isolamento, dependendo da interpretação, pelas instituições do sistema dominante, de existir maior ou menor perigo. No cenário contemporâneo, adotar uma moeda diferente da estatal é estar sujeito a pagar um alto preço pela insubordinação, pelo exercício de uma vontade que não a dominante, porque, para que os valores partilhados pelos usuários da moeda social sejam válidos, estes terão de conviver com a rejeição de sua moeda pelos demais membros da sociedade. Enquanto os usuários da moeda social têm seu leque de opções de intercâmbio reduzido, os da moeda nacional (o equivalente geral), ao contrário, têm todas as institucionalidades tradicionais a seu favor, podendo fazer valer os contratos.

Não obstante essas limitações, o grau de conectividade da moeda social, como o de todas as outras, é elevado, critério esse que promove sua durabilidade, desde que as ligações ulteriores, de fato, sejam construídas. Uma vez amadurecidas as conectividades *a posteriori*, como o sistema de fixação de preços e o de relações de provimento e expedição de mercadorias e serviços orientados pela respectiva moeda, torna-se mais penoso ao integrante desligar-se do sistema.

Quadro 2 – Critérios de sustentabilidade institucionais aplicados à moeda

	CRITÉRIOS			
	Autopunição	Hábito	Comodidade	Conectividade
Moeda	Ø	X	X	X
Moeda Local	Ø	+/-	X	++/-
Moeda Social	Ø	+/-	+/-	+/-

Legenda: Ø não existe, X existe e +/- existe, mas ainda precisa ser explorada.

Elaboração nossa

Por tudo que vem sendo apresentado é de se ressaltar que as potencialidades da moeda social não estão desconectadas dos objetivos e padrões reguladores da experiência econômica alternativa (ou não) à qual está ligada, embora muitas das potencialidades gerais nasçam justamente nos seus pontos de limite. Uma primeira potencialidade a ser destacada reside no fato de, por não ser autopunitiva, o uso da moeda social estimula a criatividade e o exercício da política e da responsabilidade nas esferas privada e social, além do exercício da autonomia. A segunda consiste em, exatamente por não ser cômoda, essa moeda promove o amadurecimento individual. Finalmente, por ser conectiva em essência, mas ainda não ter essa característica plenamente amadurecida, seu uso incentiva a criatividade trabalhada coletivamente e inter-relacionada.

Geralmente, todos os tipos de experiência realizados com moeda social instigam discussões sobre ética e padrões de desenvolvimento e transformam-se em espaços para caminhar-se rumo à reintegração dos objetivos econômicos aos imperativos ético-sociais, desenvolvendo e discutindo desde a solidariedade social até novas racionalidades econômicas. Sendo assim, os próprios valores comungados pelas experiências determinarão boa parcela dos limites e potencialidades delas. A outra parte, vinculada às relações externas da

experiência, encontra-se ligada à capacidade de articulação em torno dessas finalidades. Apenas a alteração do instrumento monetário em si não é capaz de determinar o mundo social ou mesmo o econômico de que se desfruta, o que, ao contrário, pode ocorrer na interação estabelecida com o dinheiro ou por meio dele.

7. Conclusões

A experiência com moeda social que ocorre no Brasil ainda é imatura, mas ao promover a confiança no contexto moderno sem recorrer à força (o que é simultaneamente desafiador e complicado) pode resultar em novas e extraordinárias formas de coesão social. Insistindo, embora exija uma enorme dose de dedicação, de apego aos valores declarados, porque o imaginário hegemônico, principalmente na ausência de uma crise econômica ou da solidão, remete a soluções mais fáceis, embora heterônomas. Logo, a moeda social é uma construção de opção para os inconformados que têm muita energia.

Conclui-se que não existe forma de dinheiro capaz de agir como mão invisível ou juíza. Apenas a intenção explícita ou não do sistema é que leva aos resultados. Se o lucro monetário é o objetivo e também a medida de produtividade, isso é

uma opção política, não uma imposição técnica. Ou seja, a moeda social é sempre pedagógica na medida em que nos recorda como as coisas são construídas e que podem ser diferentes, embora muito de sua constituição ainda esteja por ser realizado.

Acredita-se que é ao longo do seu processo de construção e articulação com outros movimentos sociais, como a economia solidária, que poderão sair os elementos que indiquem um caminho para a moeda social que vá além dos “guetos alternativos” e da minimização das angústias dos excluídos ou da complementaridade à moeda nacional, capaz de contemplar suas aspirações mais ambiciosas.

Sendo assim a utilização da moeda social, principalmente no contexto da economia solidária, compara-se a um grande laboratório, do qual resultam, à semelhança dos ensaios laboratoriais, algumas novas tecnologias sociais e experimentações de alternativas. Desses processos, decorrem vivências, aprendizados e exemplos de outras formas de existir, de organizar a divisão social de poder, de ordenar o trabalho e implementar as responsabilidades, que podem resultar em mais aproximação

entre as autonomias pessoal e coletiva (CASTORIADIS, 1982; 2002). Ao integrar-se um projeto de tal natureza, desmistifica-se a moeda nacional e percebem-se as relações econômicas tradicionais como um exercício de poder.

Experiências realizadas com a moeda social permitem desocultar-se as ideologias, pois explicitam a disputa de poder que se dá em torno de sua forma e processo e o poder que a instituição monetária concentra. Trabalhar com moeda social implica a tomada de posição por parte do utilizador, o qual, no mínimo, passa a refletir sobre a “naturalidade” que lhe é imposta acerca do dinheiro – já que terá de administrá-lo –, o que já é, em si, deveras subversor e, portanto, criativo. Finalmente, em razão de ser uma experimentação que está acompanhando os movimentos da economia solidária no Brasil, o que significa dizer, de contestação do padrão dominante de desenvolvimento econômico e social no País, ela vem se caracterizando como um dos instrumentos dessa nova proposta de desenvolvimento a qual os diversos movimentos da economia solidária vêm buscando.

Referências

- ARISTÓTELES.(1966): *A política*. HEMUS: São Paulo.
- BLANC, J. (1998): Les monnaies parallèles: évaluation et enjeux théoriques du phénomène. *Revue d'Economie Financière*, n. 49, p. 81-102, set. 1998.
- BRAGA, J.C. de Souza; CINTRA, M.A. Macedo. (2004): Finanças dolarizadas e capital financeiro: a exasperação sob comando americano. In: FIORI, J. L. (org.) *O poder americano*. Vozes: Petrópolis.
- CASTORIADIS, C. (1980): Reflexiones sobre el “desarrollo” y la “racionalidad” In: ATTALI J. e outros *El mito del desarrollo*. Kairós: Barcelona.
- _____. (1982): *A instituição imaginária da sociedade*. Paz e Terra: Rio de Janeiro.
- _____. (2002): A democracia como procedimento e como regime. In: _____. *As encruzilhadas do labirinto IV*. Paz e Terra: Rio de Janeiro.
- LISBOA, A. M. (2000): Os desafios da economia popular solidária. *Cadernos do Centro de Ação Social – CEAS*, Salvador, n. 189.
- _____. (2004): *Economia solidária, economia barroca: a emergência da socioeconomia solidária na América ibérica*. 2004. Tese (Doutorado) – Instituto Superior de Economia e Gestão,

Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

NORTH, D. C. (2001): *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*. Fondo de Cultura Económica: México.

POLANYI, K. (1980): *A grande transformação: as origens da nossa época*. Campus: Rio de Janeiro.

_____. (1994): *El sustento del hombre*. Biblioteca Mondadori: Barcelona.

SINGER, Paul. (2002): *Introdução à economia solidária*. Fundação Perseu Abramo: São Paulo.

SINGER, Paul; SOUZA, André. (Org.) (2000): *A economia solidária no Brasil*. Contexto: São Paulo.

SOARES, C. L. B. (1998): *Desenvolvimento sustentável: um só conceito para diversas interpretações*. 1998. Dissertação (Mestrado), Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

_____. (2006): *Moeda social: uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo*. 2006. Tese (Doutorado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. (2009): Moeda Social in: Cattani A. D.; LAVILLE, J.; Gaiger L. I.; Hespanha, P. (Org.) *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Edições Almedina: Coimbra.

THOMPSON, Edward. (1981): *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Zahar: Rio de Janeiro.

_____. (1987): *A formação da classe operária inglesa*. Paz e Terra: Rio de Janeiro.

Recebido em 13/09/2011

Aprovado em 31/10/2011